



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SÃO JOSÉ, COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

É com muita satisfação que volto a encontrar representantes da intelectualidade costa-riquenha, bem como personalidades de diferentes setores deste país irmão. Guardo as melhores lembranças do tempo em que convivi com a academia local, tanto como pesquisador da Cepal quanto na qualidade de colaborador da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Escolhi como tema para esta conferência a relação entre democracia e desenvolvimento.

O tema evoca a história recente da América Latina e coloca em pauta alguns dos desafios que nossos agentes políticos são chamados a enfrentar no novo milênio. Lembra os anos 80, vistos por muitos como a “década perdida”, qualificação que negligencia a importância dos avanços alcançados no plano político, a despeito do quadro de recessão e da crise do Estado. Traz à mente o esforço em curso para adequar nossas economias a novos padrões de competição e produtividade, sem prejuízo do objetivo de tornar o Estado apto a responder a demandas sociais cada dia mais complexas e diversificadas.

Início o tratamento do tema recordando que democracia e progresso econômico nem sempre foram considerados valores compatíveis. Foram muitos os momentos em que os reclamos democráticos se viram inibidos por supostas exigências do processo econômico. Forjaram-se antinomias entre o sufrágio universal e o direito de propriedade, entre os direitos sociais e o crescimento econômico, entre os direitos coletivos e a estabilidade orçamentária.

Em sua acurada revisão do pensamento conservador nos dois últimos séculos, Albert Hirschman lembra o peso do argumento econômico no discurso contrário à ampliação dos direitos de cidadania. Um caso emblemático teria sido a resistência oposta à aprovação pelo Parlamento inglês das reformas liberais de 1832 e 1867, tidas como ponto de inflexão na história política da Inglaterra, ao provocarem, com a extensão do direito de voto, o fim do domínio oligárquico, do poder hegemônico da aristocracia.

Não menos tenaz foi a campanha de oposição aos direitos sociais desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos na segunda metade deste século. Em contraste com as teses keynesianas que sustentavam existir compatibilidade entre os gastos sociais e o crescimento econômico, alertava-se para os riscos impostos por uma hipertrofia do Estado para o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária.

A isto se somaria o receio de que ampliação das garantias sociais pudesse gerar crises de governabilidade, como tanto pregou a celebrada Comissão Trilateral no decorrer dos anos 70. Os Estados estariam assumindo obrigações além de sua capacidade de gestão.

Entre nós, o conflito entre política e economia se manifestava com outros matizes, certamente mais agudos, de difícil acomodação.

Estive entre aqueles que viam com grandes reservas a explicação de que a experiência autoritária estaria inscrita na lógica do mercado. Parecia-me claro que as ditaduras latino-americanas eram fenômenos eminentemente políticos, que se sustentavam na capacidade dos autocratas de plantão de utilizarem o espectro da Guerra Fria para abafar o dissenso. As elevadas taxas de crescimento alcançadas em alguns daqueles anos decorreram da confluência de abundantes

investimentos públicos com financiamentos externos de baixo custo, e não do arbítrio. Este somente viria a acentuar alguns traços perversos do modelo, como a concentração de renda.

Nos anos 80, já em pleno processo de liberalização política, o discurso do autoritarismo como fator de progresso voltou à baila na América Latina. Diante da alegada inaptidão dos governos civis em promoverem as reformas que se sabiam necessárias à retomada de um crescimento sustentável, tornou-se corriqueiro o elogio ao desempenho dos regimes autocráticos do Sudeste Asiático.

Sabemos que, uma a uma, as teses que postularam um vínculo necessário entre arbítrio e progresso foram desacreditadas pela história. É assim que a extensão do sufrágio na Europa se deu passo a passo com o desenrolar da Segunda Revolução Industrial. A afirmação do Estado do Bem-Estar Social coincidiu com o expressivo surto de crescimento das economias industriais no pós-guerra. A América Latina não se tornou mais justa sob os regimes de exceção.

Democracia e desenvolvimento são hoje valores de primeira grandeza na agenda dos Estados, mas não são, em essência, indissociáveis. Por mais que se possa inferir do histórico político das nações mais ricas que o crescimento econômico dificilmente se sustenta sem um amplo usufruto das liberdades públicas, a afluência material não representa um corolário necessário da opção democrática.

Prefiro falar de um vínculo imperativo, que não é dado, mas construído, a partir do reconhecimento de que a democracia é uma opção que se justifica em si mesma, como valor universal, passível como tal de aceitação por todos.

Não quero com isso arrefecer o ânimo dos que buscam afinidades entre democracia e desenvolvimento. Pelo contrário. Desejo, na verdade, contribuir para que essa busca se faça com realismo. Não foram poucos os que, na América Latina, anteviam o fim do autoritarismo como a chegada à terra da promessa.

A experiência logo nos mostraria que o caminho haveria de ser menos fluido, mais desafiador. A longa e penosa recessão que nos afligiu nos anos 80, quando já estávamos sob governos civis, foi uma

evidência sobremaneira eloqüente de que política e economia podem ter sinais trocados, de que o Estado de Direito não traz inelutavelmente consigo a prosperidade.

Como, então, situar a relação entre democracia e desenvolvimento? Devemos nos contentar com o ceticismo de alguns analistas que, diante da dificuldade de definir vínculos precisos e permanentes entre esses valores, optam por vê-los como realidades inteiramente autônomas, cuja interação não se daria senão em bases aleatórias, ocasionais?

Estou convencido de que podemos ser mais assertivos na valorização da democracia. Sem a preocupação de traduzir em cifras as benesses do voto, é possível discernir aspectos da experiência democrática de claro interesse para os agentes econômicos. Aspectos que são fundamentais, estou certo, para a busca de um desenvolvimento sustentado.

Lembraria, em primeiro lugar, a questão da legitimidade. Sabemos que a democracia tem método próprio para a definição de políticas públicas, inclusive daquelas afetas à gestão da economia. As decisões não prescindem de deliberação. Resultam de uma acomodação negociada de interesses, segundo regras transparentes, definidas no espaço público.

Os benefícios daí advindos para a condução da economia me parecem evidentes, a começar pela credibilidade de que na democracia se revestem as normas balizadoras da atuação do mercado. As políticas macroeconômicas deixam de refletir a suposta ominiscência de tecnocratas iluminados e passam a representar a depuração de interesses legítimos, um concerto de vontades, entre as quais a do próprio governo.

Permito-me recorrer neste contexto ao exemplo do plano de estabilização da economia brasileira, o Plano Real. Em contraste com experiências anteriores, todas insatisfatórias, o Plano foi montado ao longo de um exaustivo processo de consulta, diálogo, persuasão, acomodação de perspectivas. A acolhida que foi, e continua sendo, dispensada às suas diretrizes pelas forças produtivas e pela sociedade em geral não é, assim, um desdobramento fortuito. Deve-se à sua legitimidade enquanto processo.

Quando produzidas segundo o método democrático, as decisões econômicas também se mostram menos sujeitas às circunstâncias vo-

lâteis em que é hoje gerada a riqueza. As opções de que as autoridades governamentais costumam dispor para a superação de crises conjunturais provêm do debate diário entre o governo e a oposição, quando não dos próprios mecanismos de deliberação internos à máquina do Estado. Basta lembrar a reação do Brasil aos ataques especulativos contra o Real. A consistência com que debelamos a crise dificilmente teria sido possível em um ambiente avesso ao diálogo, à transigência, a julgar pelo desenlace de estratégias mais impositivas adotadas em outras regiões do mundo.

Não estou sugerindo que a democracia nos deixa imune ao humor dos especuladores. Como se sabe, as decisões sobre como e quando alocar os capitais de curto prazo têm escapado ao controle das instâncias governamentais, provocando variações cambiais, afetando contas públicas, comprometendo políticas de juros.

Mas esse quadro pode ser alterado. É crescente a consciência entre os Estados quanto à necessidade de rediscutir a arquitetura do sistema financeiro internacional, de modo a torná-lo mais eficaz na regulação dos fluxos de capital, cujo descontrole afeta a todos, ricos e pobres, ainda que em graus diferenciados. Faz já alguns anos que o Brasil insiste nesta tecla, recomendando que o assunto seja tratado com a seriedade que os riscos que comporta exigem. E o País se tem pronunciado não apenas pela voz de seu Presidente. Lembro o interesse que o tema tem despertado no Congresso Nacional, onde singularizaria o nome do ex-deputado e querido amigo Franco Montoro, que elegeu a luta pela regulação internacional dos fluxos financeiros como sua última grande causa.

Ao falar da importância da democracia para a fundamentação de nossa política externa, não posso deixar de fazer menção ao Mercado Comum do Sul. O Mercosul nasceu graças à democracia, que permitiu a diluição de rivalidades e o reforço da confiança entre o Brasil e a Argentina. O processo evoluiu sob a égide da democracia, com o envolvimento das respectivas sociedades nacionais. E a integração tem na democracia um critério fundamental para os passos futuros, como indica a associação há pouco formalizada de Bolívia e Chile,

países comprometidos com os princípios democráticos. A aproximação que se esboça com os países andinos tampouco deve afastar-se dessa premissa. O Mercosul é obra de democracias, realizada para democracias.

Concluiria retomando a idéia que tem permeado esta palestra de que o vínculo entre democracia e desenvolvimento não é dado, mas construído, o que acentua – acho importante ressaltar – a responsabilidade política dos grupos dirigentes. Responsabilidade tanto para não se deixarem seduzir pelo apelo fácil do populismo, amigo do autoritarismo, mas também, e sobretudo, para terem a ousadia de atualizar posições, de renovar conceitos, de explorar novos caminhos, sempre que assim recomende o bem comum.

Não foram poucas as situações em que este desafio se colocou para quem esteve no exercício do poder na América Latina dos anos 90. Refiro-me a situações em que a omissão teria o custo claro de atrelar o país ao passado, a fórmulas datadas. Diante da globalização, ou de seu caráter inelutável, cabia explorar o modo de inserção internacional mais vantajoso para nossos países, sem a fantasia de soluções autárquicas, mas com a consciência de que o processo tende a gerar efeitos assimétricos, a perpetuar desigualdades.

Aproximando-se o fim da década, desafios como esses continuam em pauta. Neles está em jogo mais do que o desempenho econômico de nossas democracias. Também se coloca em juízo a capacidade de modelarmos, pelo método democrático, um conceito de desenvolvimento diferente daquele que pautou nossa experiência histórica. Um desenvolvimento que não seja excludente, que contemple a todos. Um desenvolvimento que possibilite erradicar a miséria, que elimine a indigência em que continuam a viver milhões de latino-americanos.

Muito obrigado.